

EDUARDO MUNIZ
MACHADO CAVALCANTI



PROCESSO TRIBUTÁRIO

ADMINISTRATIVO E JUDICIAL



336. 2: 347.9 (81)

C 376 γ

❖ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

❖ Fechamento desta edição: 08.06.2022

❖ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

❖ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

❖ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

❖ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

❖ Capa: Fabricio Vale

❖ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

1219323

C365

Cavalcanti, Eduardo Muniz Machado

Processo tributário / Eduardo Muniz Machado Cavalcanti. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-590-9

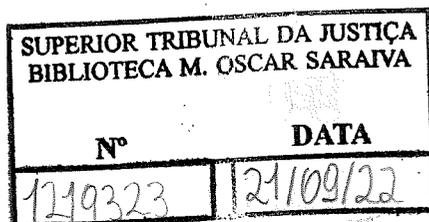
1. Direito tributário – Brasil. 2. Administração e processo tributário – Brasil. I. Título.

22-78082

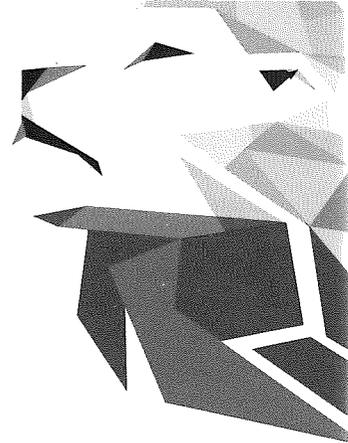
CDU: 34:351.713(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

abdr 
Associação Brasileira de Editores de Livros
Respeite o direito autoral



PREFÁCIO



Com muita honra recebi o convite para prefaciá-la obra *Direito Processual Tributário: administrativo e judicial*, de autoria do Dr. Eduardo Muniz Machado Cavalcanti, advogado e Procurador do Distrito Federal, cujas experiências doutrinária e prática o credenciam à empreitada de elaborar curso voltado ao tema, como se apresenta o livro que ora o leitor tem em mãos.

Não é novidade que o conhecimento da processualística, administrativa e judicial, é de fundamental importância para o operador do Direito dedicado ao contencioso tributário, posto que, não raras vezes, a correta solução da contenda substantiva encontra abrigo na norma jurídica adjetiva, quando não é esta a fonte do próprio dissenso fisco-contribuinte.

Nessa perspectiva, é medida de bom alvitre, para o profissional atuante na área, cercar-se de bons escritos doutrinários, que possibilitem uma rápida consulta sobre temáticas exclusivas do contencioso fiscal.

O livro trata de temas clássicos, porém nebulosos, com a profundidade necessária para a boa compreensão dos institutos, lançando sobre eles as impressões doutrinárias e os entendimentos jurisprudenciais, sem abrir mão das impressões do autor sobre a temática abordada. A leitura da obra revela profunda e cuidadosa seleção da doutrina e da jurisprudência mais recente dos Tribunais sobre a processualística tributária, de modo a orientar, com segurança, os profissionais que trabalham com tal ramo do Direito.

Além da abordagem dos institutos clássicos, o autor disserta sobre os inovadores métodos alternativos de resolução de conflitos em matéria tributária, como a conciliação, a mediação, a arbitragem e a transação, deitando luzes sobre o paradigma da indisponibilidade do interesse público, ressignificando seu conceito, tal qual tem feito a mais moderna doutrina. O autor examina minudentemente o assunto, esquadrinhando-o, inclusive à luz da Lei 13.140/2015, do art. 26 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, introduzido pela Lei 13.655/2018, da recente Lei 13.988/2020 e da Recomendação 120, de 28.10.2021, do Conselho Nacional de Justiça, que preconiza o tratamento adequado de conflitos de natureza tributária, quando possível, pela via da autocomposição.

A propósito, segundo o relatório Justiça em Números 2021, elaborado pelo CNJ, “os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 36% dos casos pendentes e 68% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. Ou seja, de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2020, apenas 13 foram baixados”.

Segundo dados da mesma pesquisa, o tempo médio de tramitação do processo de execução fiscal é de 8 anos e 1 mês, números que evidenciam a premência da adoção, pelas Fazendas Públicas, de métodos alternativos da satisfação dos seus créditos, materializados, no mais das vezes, em certidões de dívidas ativas cobradas no moroso e ineficiente processo de execução fiscal.

Em tal cenário, é inescapável a desjudicialização da cobrança do crédito tributário, cumprindo que os patronos, do particular e do poder público, tal qual os juízes, representantes do Ministério Público e demais estudiosos da matéria, se preparem para os novos desafios e as inevitáveis controvérsias que sobre o tema doravante advirão. A obra, também no ponto, traz especial amparo aos operadores do Direito que buscam atualizar-se.

Tenho a firme convicção de que a presente obra, fruto da grande experiência do autor sobre o tema, servirá de norte seguro e terá muita valia para os profissionais que atuam com o Direito Tributário.

Brasília, maio de 2022.

Assusete Magalhães
Ministra do Superior Tribunal de Justiça